



XIX COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA
Universidade e Desenvolvimento Sustentável: desempenho acadêmico e os desafios da sociedade contemporânea

Florianópolis | Santa Catarina | Brasil
25, 26 e 27 de novembro de 2019
ISBN: 978-85-68618-07-3



A OCIOSIDADE DE VAGAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: AS REVELAÇÕES DO CENSO 2017

JULIANO REGINALDO CORRÊA DA SILVA

Universidade do Sul de Santa Catarina

julianorcs@gmail.com

MARICLÉIA LOPES PRIM

Universidade do Sul de Santa Catarina

mari.prim@gmail.com

LEONARDO CARDOSO GOMES

Universidade do Sul de Santa Catarina

leonardo.gomes@ifsc.edu.br

MAURÍCIO ANDRADE DE LIMA

Universidade do Sul de Santa Catarina

mauricio.lima@unisul.br

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar, com base nos dados publicados pelo Censo 2017, fatores que levam ao baixo preenchimento das vagas ofertadas pela educação superior brasileira. A pesquisa foi enquadrada como uma análise descritiva, realizada por meio de estudo interpretativo de cunho qualitativo. Os resultados apontam que 85,2% da população brasileira, com idades entre 18 e 65 anos, não tem ensino superior completo. Apesar desse déficit, 70% do total de vagas ofertadas em 2017, não foram preenchidas. Conclui-se que, embora programas como o FIES e PROUNI tenham possibilitado o acesso de muitos alunos ao ensino superior privado, nem todos se enquadram nos requisitos de acesso desses programas. Sem condições de arcar com os custos das IES privadas, a alternativa seria o acesso às IES públicas. Não obstante, as IES públicas, denominadas instituições de fomento e de inclusão social, não têm direcionado a expansão de vagas na direção dos anseios discentes, especialmente no que se refere a abertura de vagas em cursos noturnos e na modalidade pedagógica de EAD.

Palavras chave: Educação Superior Brasileira. Preenchimento de Vagas. Censo 2017. Ociosidade de vagas.

1. INTRODUÇÃO

As particularidades que envolvem a educação superior brasileira são responsáveis por protagonizar acirradas discussões desde a sua criação no início do século XIX. Com o advento da "indústria do conhecimento", a concorrência cada vez mais acentuada, a desverticalização das universidades e a necessidade de parcerias, caracterizam-se como as mais importantes mudanças na educação superior (PORTO; RÉGNIER, 2003).

Dentre os temas que são abordados envolvendo a temática da educação superior brasileira, destacam-se alguns estudos que analisaram o atual cenário da educação superior (SEGRERA, 2018); as políticas públicas adotadas pelos governos federais (AGUIAR, 2016); o crescimento do ensino superior privado no país (SILVA e CASTRO 2014; RISTOF 2014); a modalidade de educação a distância (TOLENTINO *et al.*, 2013; COSTA, 2016); a ociosidade das vagas (ALMEIDA, 2015); o ensino alicerçado sobre as novas plataformas tecnológicas como a educação 3.0 (SANT'ANA; SUANNO; SABOTA, 2017), e o ensino superior noturno como ferramenta de inclusão social (TERRIBILI FILHO; NERY, 2009).

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) realiza anualmente o Censo da Educação Superior. Segundo o site da instituição, o Censo é o instrumento de pesquisa mais completo do Brasil sobre as instituições de educação superior (IES) que ofertam cursos de graduação e sequenciais de formação específica, além de seus alunos e docentes. Essa coleta tem como objetivo oferecer à comunidade acadêmica e à sociedade em geral, informações detalhadas sobre a situação atual e as grandes tendências do setor.

Segundo o Censo da Educação Superior de 2017, existem atualmente no Brasil, 296 (duzentas e noventa e seis) Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e 2.152 (duas mil, cento e cinquenta e duas) IES privadas. Estas 2.448 (duas mil, quatrocentos e quarenta e oito) IES ofertaram, em 2017, um total de 35.380 cursos de graduação, atingindo o número de 8.290.911 (oito milhões, duzentos e noventa mil, novecentos e onze) de matrículas efetivadas (INEP, 2018). Analisando os dados do Censo 2017, percebe-se que das mais de 10 milhões de vagas ofertadas, um pouco mais de 3 milhões foram preenchidas, totalizando cerca de 70% de ociosidade.

A busca para se atingir a meta estabelecida no Plano Nacional de Educação (PNE), para que um terço da população na faixa etária de 18 a 24 anos tenha concluído o Ensino Superior, ou nele tenha ingressado até 2020, coloca em relevância a necessidade de identificar os motivos do não preenchimento das vagas ofertadas desse nível de ensino (ALMEIDA, 2015).

Diante do exposto, questiona-se: quais fatores influenciam na ociosidade de vagas no ensino superior brasileiro, segundo o censo 2017? Com o objetivo de responder a esta pergunta, serão analisados os dados contidos do Censo da Educação Superior de 2017, realizado pelo INEP, buscando ampliar as discussões sobre o assunto.

O enquadramento metodológico classificou esta pesquisa como um estudo de cunho qualitativo (CRESWEL, 2010; SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013), tendo como objetivo conhecer o atual desinteresse pelos cursos superiores ofertados na rede superior de ensino brasileira, pública e privada. O estudo foi classificado como descritivo, pois objetiva conhecer o fenômeno estudado na sua totalidade.

Esta pesquisa permitirá conhecer melhor os motivos que têm levado ao baixo preenchimento das vagas ofertadas pela educação superior brasileira, com o objetivo de auxiliar o processo de gestão das IES públicas e privadas, em atendimento aos anseios estudantis demonstrados pelo Censo 2017.

A pesquisa está estruturada em cinco seções. A primeira seção é constituída por esta parte introdutória; a segunda seção é composta pelo referencial teórico da pesquisa; a terceira

seção é formada pelos delineamentos metodológicos e as discussões; a quarta e última seção é composta pelas considerações finais da pesquisa.

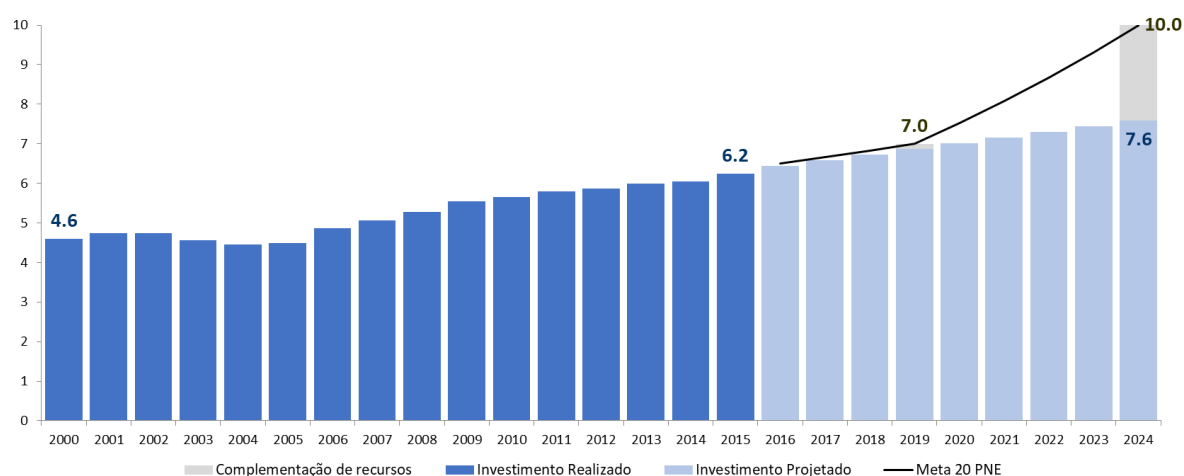
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CENÁRIO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Incentivada pelos desafios e oportunidades trazidos pelo contexto da globalização, o principal marco da educação nas últimas décadas no ensino superior em escala mundial refere-se à expansão do acesso a esse nível de ensino em escala mundial (SEGRERA, 2018).

Os resultados apresentados pelos Indicadores Financeiros Educacionais (INEP; MEC, 2015) mostram que o Brasil investe uma parcela considerável de seu produto interno bruto (PIB) em educação, o percentual atingiu 6,2% do PIB nacional em 2015 e a projeção estimada, conforme Gráfico 1, é de 7% em 2019.

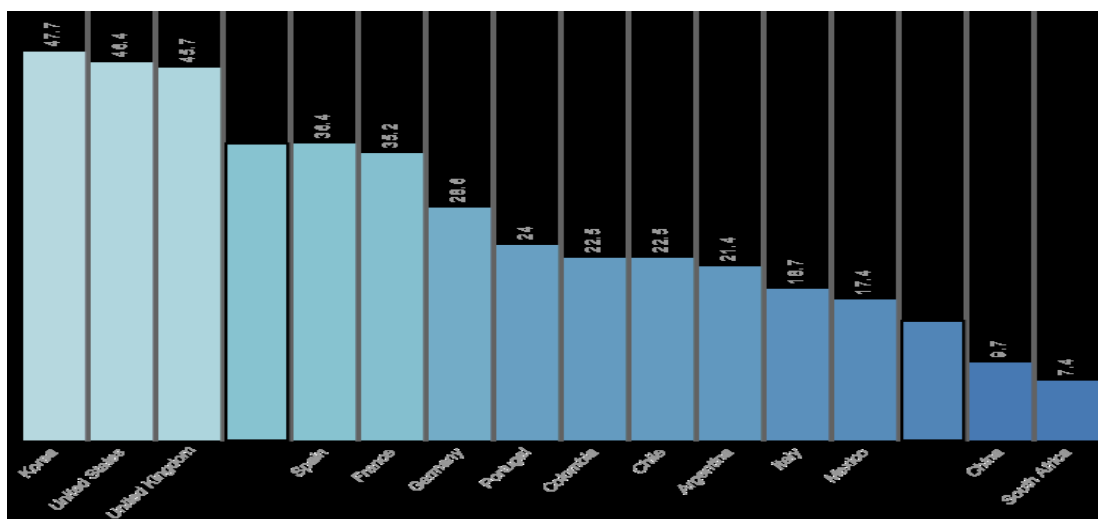
Gráfico 1 - Estimativa do Percentual do Investimento Público Total em Educação em Relação ao Produto Interno Bruto (PIB), por Nível de Ensino - Brasil 2000-2015



Fonte: INEP/MEC - Tabela elaborada pela Deed/INEP (2015).

No entanto, no estudo realizado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre os países pesquisados, o Brasil está entre os últimos colocados quando são analisados o percentual da população que atingiu o ensino superior entre 25 e 64 anos em 2017, conforme demonstra o Gráfico 2.

Gráfico 2 - Percentual da População que atingiu o Ensino Superior entre 25 - 64 anos.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019). Dados OCDE, 2017.

O governo federal vem formulando políticas educacionais com foco na expansão do ensino superior. Sobre esta expansão, Silva e Castro (2014, p. 213) apontam “três tendências distintas: a expansão pela privatização do ensino, a expansão pelo uso da modalidade a distância e a expansão pela reestruturação das universidades públicas federais”.

Nesse sentido, o Conselho Nacional de Educação (CNE) apresentou como um dos dez maiores desafios para a Educação Nacional “democratizar e expandir a oferta de educação superior, sobretudo da educação pública, sem descuidar dos parâmetros de qualidade acadêmica”. Essa necessidade foi traduzida como metas para o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), conforme disciplinado na meta de número 12, a qual prevê elevar a taxa bruta de matrículas na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da sua oferta.

Algumas políticas públicas e programas implantados, buscaram democratizar o acesso ao ensino superior. Li (2016), em sua pesquisa, resume as políticas que foram implementadas ao longo dos últimos anos e que objetivavam democratizar o ensino superior brasileiro, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 - Políticas e programas de acesso

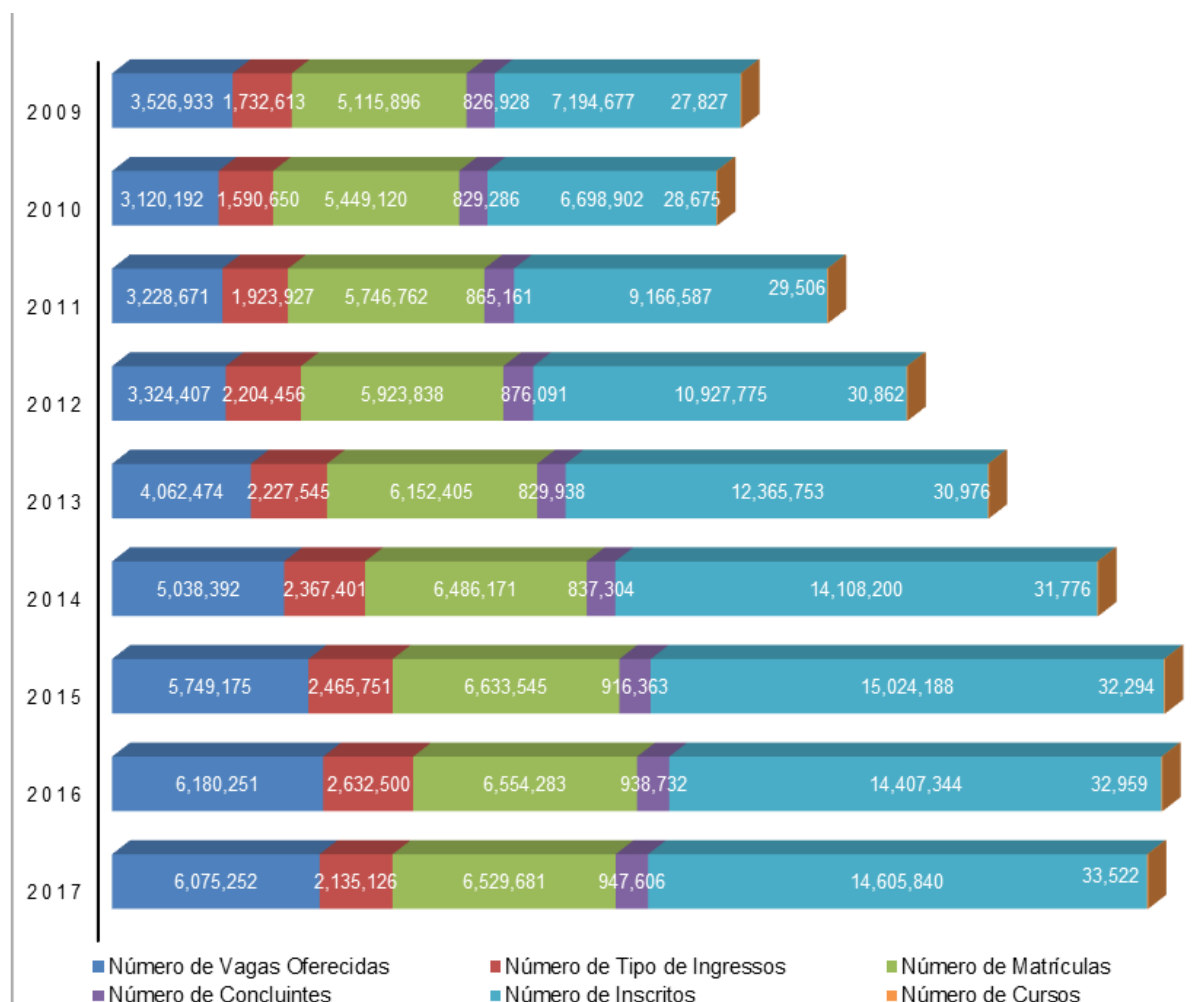
Ano	Programa	Descrição
2001	FIES	Ampliação do programa de financiamento estudantil para estudantes de graduação de instituições de ensino privadas. 2010: Redução da taxa de juros e aumento da carência para pagamento. 2015: Exigência de mínimo de 450 pontos no ENEM.
2005	PROUNI	Concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50% em instituições de ensino superior privadas.
2007	REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.
2009	ENEM	Reformulação do Exame Nacional do Ensino Médio para seu uso como forma de seleção unificada nos processos seletivos das instituições públicas federais.
2010	SiSU	Sistema de Seleção Unificado: plataforma online na qual, instituições oferecem vagas para alunos que realizaram o ENEM.

2012	Lei de Cotas	Reserva de 50% das vagas ofertadas em cursos e turnos nas instituições federais a alunos que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas.
------	--------------	---

Fonte: Adaptado de Li (2016).

Ristoff (2014, p. 724) afirma que, “nas duas últimas décadas, a educação superior brasileira foi marcada por forte expansão sob todos os aspectos: cresceu o número de instituições, de cursos, de vagas, de ingressantes, de matrículas e de concluintes” e de Silva *et al.* (2017), que considera que, atualmente, no Brasil, exista uma política de democratização para o acesso ao ensino superior focada na ampliação do número de vagas, conforme é demonstrado pelo Gráfico 03, que apresenta a evolução ocorrida na educação superior entre os anos de 2009 a 2017.

Gráfico 3 - Número de Vagas Oferecidas, Ingressos, Matrículas, Concluintes, Inscritos e Cursos de Graduação Presenciais

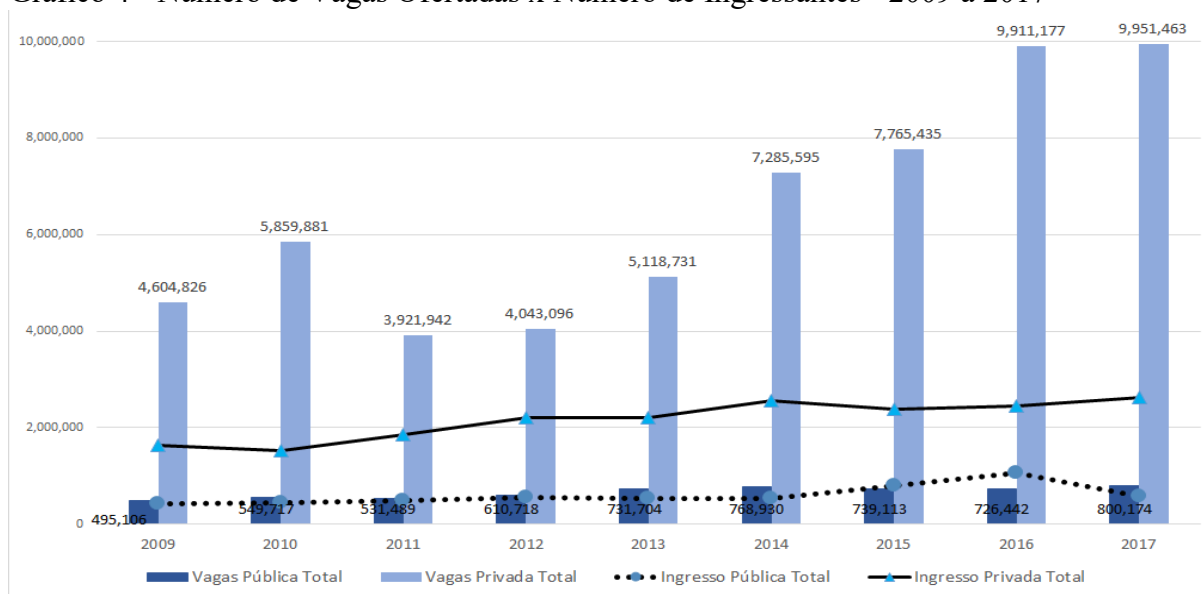


Fonte: Elaborado pelos autores (2019). Dados Sinopse Estatística da Educação Superior 2017 (INEP, 2018).

A expansão ocorrida durante o período, trouxe a tona um outro problema para a educação superior brasileira, este problema refere-se à ociosidade das vagas. Segundo os dados do Censo em 2017, 28% do total de vagas ofertadas pelas IES públicas não foram preenchidas. No ensino superior privado, este percentual de ociosidade atingiu 74% do total

de vagas ofertadas. Conforme Barros (2015), o número de vagas ociosas é definido pela diferença entre a quantidade de vagas ofertadas pelas IES e o número de ingressantes matriculados. O Gráfico 4, apresenta a progressão do número de vagas ofertadas em relação ao número de ingressantes entre os anos de 2009 a 2017.

Gráfico 4 - Número de Vagas Ofertadas x Número de Ingressantes - 2009 a 2017



Fonte: Elaborado pelos autores (2019). Dados Sinopse Estatística da Educação Superior 2017 (INEP, 2018).

2.1.1. Crescimento do ensino privado e o endividamento público

A oferta de vagas no ensino superior e o crescimento do número de IES privadas, vêm expandindo anualmente em virtude das políticas e dos programas governamentais que foram adotados nos últimos anos. Os dados do Censo da Educação Superior 2017, revelam que no ano de 2017, o país alcançou o número de 2.448 IES, destas, 2.152 IES são privadas e apenas 296 IES são públicas (BRASIL; MEC; INEP, 2018) Ou seja, em 2017, 87,9% de todas as IES brasileiras eram de natureza privada.

Conseqüentemente, a oferta de vagas no ensino superior brasileiro também teve o domínio das IES privadas. Segundo os dados do Censo, o número total de vagas oferecidas em 2017, atingiram o montante de 10.793.807 (dez milhões, setecentos e noventa e três mil oitocentos e sete) vagas. Deste total, 92% das vagas foram ofertadas pela rede privada, contra apenas 8% da rede pública.

O crescimento do ensino superior privado brasileiro, deve-se basicamente a três mecanismos utilizados pelo governo federal, estes que embasaram a ampliação do acesso universitário. O primeiro deles, refere-se à modalidade de educação a distância (EAD). A EAD teve sua regulamentação disciplinada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, art. 80, que foi promulgada em 1996; o segundo mecanismo de ampliação foi o financiamento estudantil, com destaque para o programa de financiamento estudantil (FIES), criado em 1999; o terceiro e último mecanismo destacado, refere-se ao Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado em 2004 e que foi promulgado pela Lei nº 11.096, de 2005. A modalidade pedagógica da educação a distância será tratada em tópico específico, já o PROUNI e o FIES, serão discutidos na sequência deste tópico.

O PROUNI tem por finalidade a concessão de bolsas de estudos, integrais e parciais, para estudantes de cursos de graduação e estudantes de cursos sequenciais de formação específica, que são ofertados pelas IES privadas. Segundo Aguiar (2016), o programa

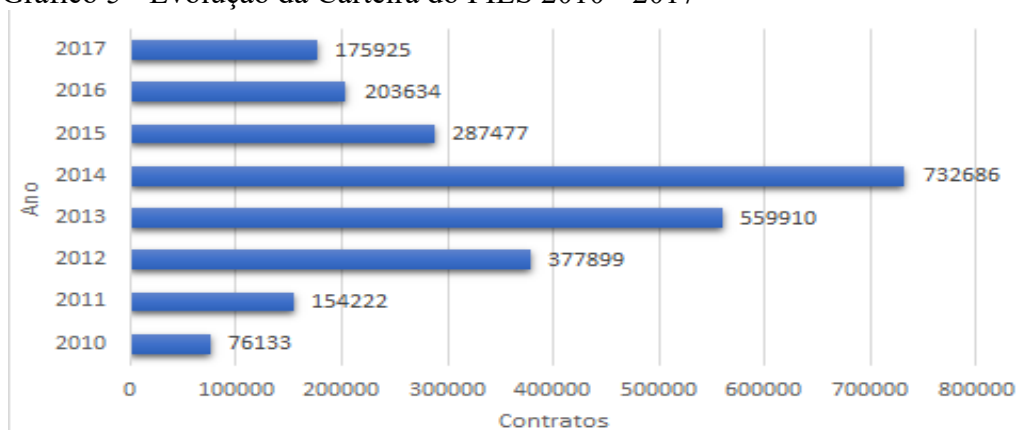
pretendia de uma só vez, atacar dois problemas estruturais que acometiam o sistema de educação superior brasileiro. De um lado, tinha-se e permanece, a barreira socioeconômica que praticamente impossibilita a inclusão das classes menos favorecidas; por outro lado, tinha-se o problema de enquadramento fiscal das instituições filantrópicas e das instituições sem fins lucrativos que precisava ser resolvido.

Em relação às barreiras socioeconômicas, Carvalho (2006), destaca que a proporção de alunos matriculados no ensino superior aumenta conforme as faixas de renda destes é mais elevada. Ao proceder a desagregação dos dados por renda (familiar per capita em salários mínimos), a autora salienta que nas faixas de renda *per capita* superiores a três salários mínimos, a proporção de estudantes no ensino superior ultrapassa 35%, ao passo que, quando a renda per capita familiar é de até um salário mínimo, apenas 1,5% consegue frequentar um curso de nível superior.

O PROUNI estabelece que as instituições privadas (com ou sem fins lucrativos), que adiram ao programa, sejam beneficiadas por isenções fiscais passando a conceder bolsas de estudos na proporção dos alunos pagantes por curso e turno, sem exceção (AGUIAR, 2016; BARROS, 2015). Ao final de 2017, conforme dados extraídos do SisProuni (BRASIL, 2019), haviam sido ofertadas mais de 3,2 milhões de bolsas no país. Desse total, 57% dessas bolsas foram na modalidade integral.

Aguiar (2016) e Barros (2015), destacam a importância de outro mecanismo que, assim como o PROUNI, também impulsionou o crescimento do ensino privado no país, este mecanismo foi a reformulação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES). O FIES destina-se a financiar a graduação no ensino superior de estudantes que devidamente matriculados, demonstrem não possuir condições de arcar com os custos de sua formação. O gráfico 5 apresenta a evolução de financiamentos concedidos no período de 2010 a 2017.

Gráfico 5 - Evolução da Carteira do FIES 2010 - 2017



Fonte: Elaborado pelos autores, 2019. Dados extraídos de Brasil, 2018.

Segundo o Relatório de Gestão de 2017 do FIES o programa “saltou para 76 mil contratos de financiamento em 2010, chegando em 2017 a 2,56 milhões de contratos financiados, considerando os contratos acumulados nesse período” (BRASIL, 2018). O maior número de contratos foi atingido em 2014, chegando a 732.686 contratos. No entanto, observa-se uma crescente queda nos últimos anos, em 2017, o número de contratos foi de apenas 24% do que fora realizado em 2014.

Com a reformulação, ocorrida em 2010, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), passou a ser o agente operador do programa. Segundo Aguiar (2016), com a reformulação do programa, os juros passaram a ser de 3,4% anuais, sendo facultado, ainda, que os alunos dos cursos de medicina e de licenciaturas, pudessem abater 1% da dívida

consolidada por mês de trabalho, caso prestem serviço na rede pública de educação e de saúde.

2.1.2. Ensino Superior Noturno no Brasil

Nos últimos anos, tem-se assistido o aumento da representatividade do ensino superior noturno brasileiro, este crescimento ocorrido ao longo dos anos, perpetuou-se como um instrumento de inclusão social, beneficiando os chamados estudantes/trabalhadores (TERRIBILI; NERY, 2009).

Ao analisar a expansão do ensino superior brasileiro, seus limites e possibilidades, Barros (2015) investiga a evolução do número de matrículas presenciais no turno noturno. O estudo da autora compreende o período entre os anos 2000 a 2010. No ano 2000, as matrículas no ensino superior noturno brasileiro totalizaram 56,1%. Em 2010, o número total alcançou 63,5% do total de matrículas efetivadas naquele ano.

No entanto, a autora destaca que essa distribuição das matrículas no turno noturno ocorre de maneira desigual quando analisamos as IES públicas e privadas. A investigação de Barros (2015) conclui que as IES públicas ofertam seus cursos majoritariamente no período diurno, enquanto na realidade privada ocorre o inverso, tendo a maior concentração de novas matrículas nos cursos superiores ofertados no período noturno.

Embora os estudos de Barros (2015) apontem o contínuo crescimento das matrículas no ensino superior noturno presencial, o Censo 2017 sinaliza um decréscimo nesse percentual quando analisado na sua totalidade. Segundo os dados do Censo, o total de matrículas realizadas no período noturno, atualmente, é de 59,5%.

Nas palavras de Oliveira, Bittar e Lemos (2010), a história do ensino noturno é muito penosa, sobretudo para a educação superior. Segundo os autores isso ocorre por duas razões: de um lado está associada ao ideal de democratização do acesso aos estudantes trabalhadores e que muitas vezes precisam laborar por oito horas diárias ou mais antes de adentrarem à sala de aula. A outra razão, segundo os autores, refere-se a baixa qualidade de ensino das IES privadas.

Diante dessas e de outras dificuldades enfrentadas por estes estudantes, a utilização de tecnologias cada vez mais modernas, com o objetivo de facilitar a vida dessas pessoas, continua a ganhar espaço nestes meandros cercados por sonhos e árduos obstáculos.

2.1.3. Educação a distância

A educação a distância (EAD) é uma modalidade pedagógica em construção no Brasil e no mundo. Esta modalidade impõe desafios à gestão da qualidade destas atividades que, atualmente, costumam ser exercidas por intermédio de plataformas tecnológicas.

A legitimação da modalidade de EAD no Brasil, ocorreu com a promulgação da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. A LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, disciplinou, dentre outras questões, sobre a modalidade a distância. O art. 80 da LDB, é o artigo que juntamente com o Decreto 5.622/05, regulamentam as questões educacionais da modalidade.

Entre os anos de 2007 a 2017, o número de ingressantes no ensino superior brasileiro variou positivamente em 19% nos cursos de graduação presenciais. Já na modalidade EAD, o crescimento do período atingiu 226%. A participação percentual dos acadêmicos ingressantes nos cursos de graduação a distância em 2007 era de apenas 15,4%. Entretanto, esta participação movida pela utilização de novas plataformas tecnológicas, elevou este percentual no ano de 2017 para $\frac{1}{3}$ de todos os alunos matriculados em cursos de graduação no país (BRASIL; MEC; INEP, 2018). O número de vagas, ofertadas pela modalidade EAD, atingiu 44% do total de vagas no ensino superior brasileiro.

Os dados levantados pelo Censo 2017, estratificam o crescimento da oferta de vagas na modalidade a distância. No ano de 2009, o número de vagas ofertadas era pouco maior que 1,5 milhão de vagas, mas ultrapassou 4,5 milhões em 2017. De acordo com os dados do Censo 2017, as matrículas nos cursos presenciais de grau tecnológico mantêm a tendência de queda registrada desde 2013. Em 2017, mais de 46% do total de matrículas realizadas nos cursos tecnológicos foram efetivas na modalidade EAD.

O interesse crescente por cursos a distância é justificado por Costa (2016), segundo o autor, a EAD atende a um vasto contingente de alunos que estão dispersos geograficamente, sendo especialmente interessante para países com dimensões continentais como é o caso do Brasil. Além disso, os cursos a distância possuem custo relativamente menor, contando ainda com uma maior flexibilidade de horários para a realização das demandas acadêmicas.

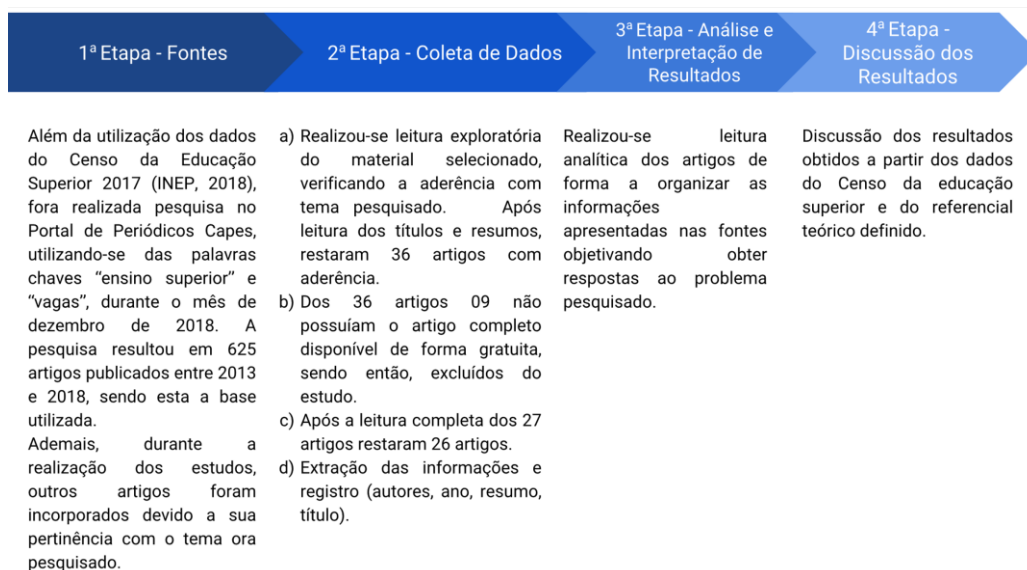
3. METODOLOGIA

A pesquisa tem por objetivo discutir os dados sobre a educação superior brasileira, levantados pelo Censo (BRASIL; MEC; INEP, 2018), analisando os fatores que influenciam o baixo preenchimento das vagas nos cursos superiores do Brasil.

A abordagem utilizada para realização da pesquisa enquadrou a mesma como sendo qualitativa (CRESWEL, 2010; SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). De acordo com as características da pesquisa, adotou-se as técnicas de pesquisa explicativa e de revisão bibliográfica. O estudo ainda foi classificado como descritivo, tendo como pretensão descrever com exatidão os fatos e fenômenos que serão objetos do estudo.

A técnica de coleta de dados utilizada constituiu-se em uma análise documental de dados secundários, envolvendo pesquisas bibliográficas que objetivaram referenciar o estado da arte, bem como obras de referência sobre os temas tratados. Segundo Richardson (1999), os dados secundários evidenciam as oportunidades de geração de novos conhecimentos. Além disso, serviram como fontes para as bases documentais desta pesquisa o arcabouço legal vigente. A Figura 01 descreve as etapas de realização desta pesquisa.

Figura 1 - Delineamento Metodológico da Pesquisa



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

4. RESULTADOS

Com a intenção de democratizar o acesso ao ensino superior, o governo federal vem implementando diversas políticas públicas para o acesso a esse nível de ensino. Com a expansão do ensino superior, o número de vagas ofertadas em 2009, que era de 5.145.973 vagas, mais que dobrou em relação a 2017, atingindo 10.793.807 vagas (INEP, 2018).

No entanto, segundo dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, (OCDE, 2017), apenas 14,8% da população brasileira com idade entre 25 e 64 anos possui formação superior completa, número distante da média de 36,5% dos países que integram a OCDE. Os dados do Censo mostram que apesar de haver grande parte da população sem ensino superior, apenas 30% das vagas ofertadas foram preenchidas em 2017.

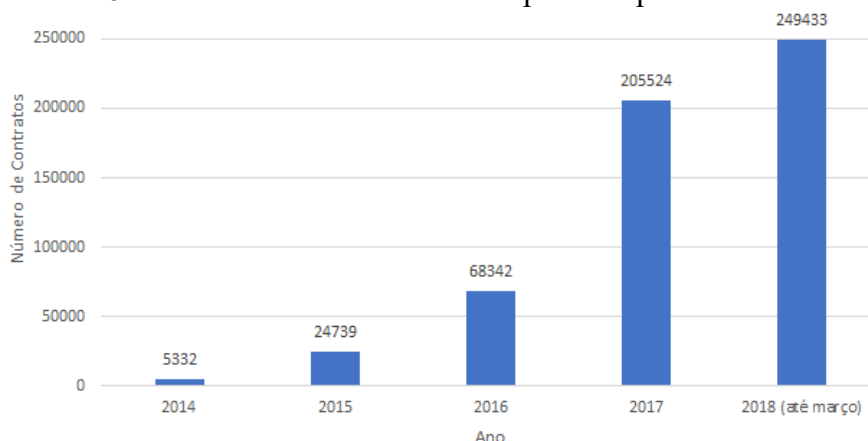
Conforme Almeida (2015, p. 3) “a análise e compreensão do fenômeno das vagas ociosas é importante para uma visão mais realista do contexto do ensino superior no país”. Essa análise será realizada a seguir.

Contudo, apesar do crescente número de vagas ofertadas, conforme dados do INEP (2018), apenas 7% desse percentual são em IES públicas, sendo que nessa modalidade a concorrência pelo ingresso é mais acentuada e ainda pode aumentar se avaliarmos o cenário de ensino privado.

No que refere-se ao crescimento do ensino privado, que foi responsável por 75,3% das matrículas realizadas em 2017 (BRASIL; MEC; INEP, 2018), os programas governamentais, como o PROUNI e FIES, foram os grandes responsáveis pelo impulsionamento das matrículas nas IES privadas. No entanto, apesar de nessa modalidade os alunos poderem iniciar os pagamentos depois de formados, a taxa de inadimplência do programa de financiamento estudantil alcançou patamares preocupantes, inclusive, para a continuidade do mesmo.

Segundo dados de Moreno¹ (2016), a taxa de inadimplência do FIES entre os anos de 2014 até o mês de março de 2018, considerando como inadimplente o aluno com atrasos superiores a três meses, são as apresentadas no Gráfico 6:

Gráfico 6 - Número de Contratos Inadimplentes após carência FIES 2014 a 2018



Fonte: Elaborado pelos autores (2019). Dados extraídos de Moreno (2016).

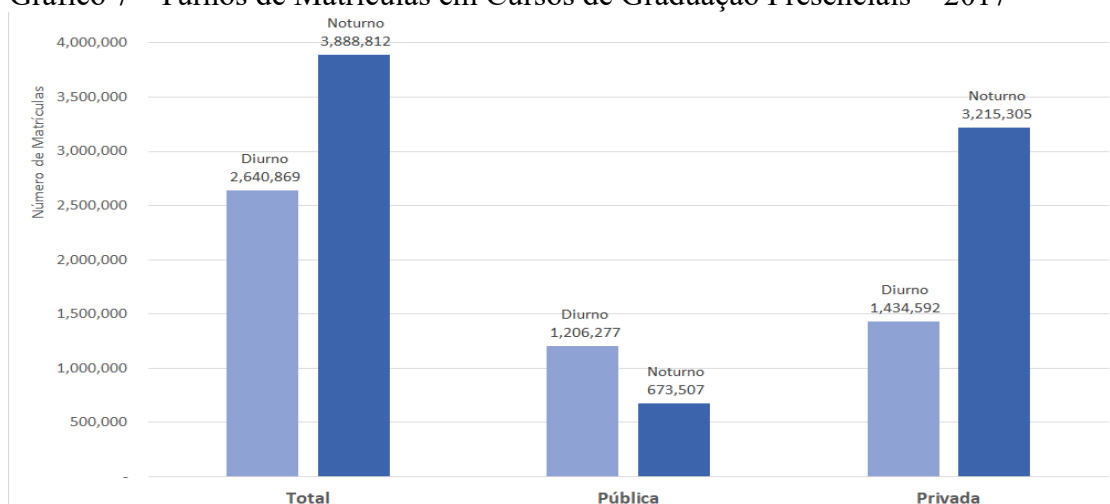
A expectativa original do governo, segundo Moreno (2016), era ter uma taxa de 10% de inadimplência. Não obstante, a parcela de devedores em março de 2018, chegou a 41% do total de 612.225 pessoas financiadas pelo FIES. Este percentual de estudantes devedores é composto apenas por estudantes que já passaram pela fase de financiamento e a fase de carência (período em que o valor já foi inteiramente financiado, mas o devedor ainda não precisa começar a pagar de volta), tendo entrado na fase de amortização.

Devido ao crescente endividamento do Estado durante o período, em 2016 a dívida líquida total do setor público era de 46,2% do PIB, em 2017 chegou a 51,6% e, em novembro de 2018, este percentual já atingia o montante de 53,3% do PIB (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019). Tal crescimento nos faz acreditar que os próximos alunos/candidatos a serem beneficiados por programas como FIES e o PROUNI, devem encontrar dificuldades em conseguir financiamentos, bem como a concessão de bolsas estudantis para cursarem o ensino superior privado.

Num cenário de escassez de recursos públicos que permitam custear estudos em instituições de ensino privadas, possivelmente teremos um aumento no número de estudantes que terão de concorrer a vagas em IES públicas, onde a concorrência pelo ingresso é ainda mais acentuada.

Com relação ao período para estudos mais procurado entre os estudantes, Barros (2015) e o Censo 2017 externalizam o número de matrículas por turno, mostrando que o perfil dos alunos dos cursos de graduação, continua sendo em sua maioria composto por estudantes que optam pelo turno noturno para realizar o desempenho de suas atividades acadêmicas, conforme elucida o Gráfico 7.

Gráfico 7 - Turnos de Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais – 2017



Fonte: Elaborado pelos autores, 2019. Dados Sinopse Estatística da Educação Superior 2017 (INEP, 2018).

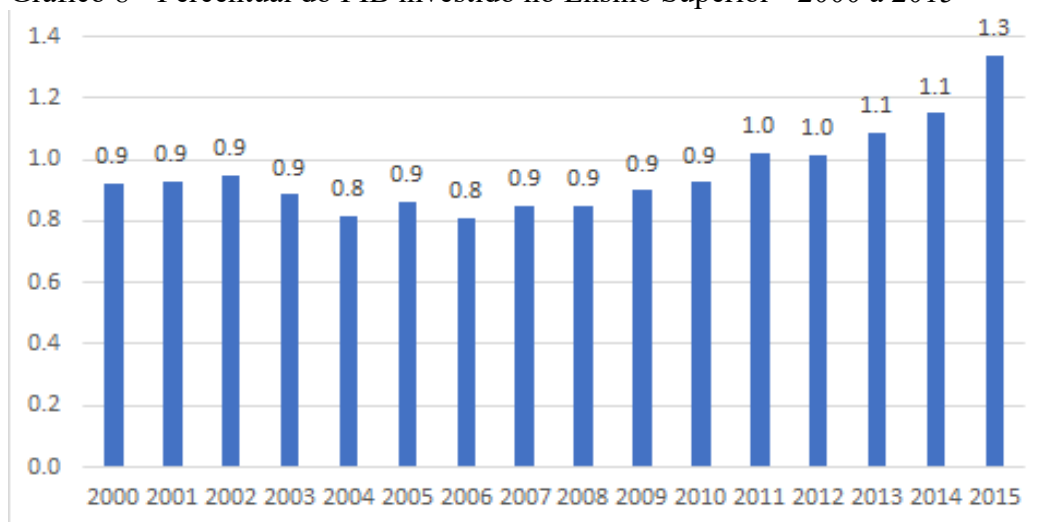
Ao analisarmos os dados do Censo 2017, percebe-se que apesar de ainda ser a preferência dos estudantes, o percentual de alunos matriculados no ensino superior noturno sofreu uma redução, uma vez que em 2010 representava 63,5% do total de matrículas realizadas e, atualmente, este percentual é de 59,5%. Os dados apresentados ratificam os resultados encontrados por Terribili e Nery (2009), onde mostra que 61,7% das matrículas efetuadas em 2007 foram no período noturno.

Deste total, 17,3% é representado por matrículas efetuadas nas IES públicas e 82,7% nas IES privadas. Consoante com os dados encontrados por Barros (2015), onde aponta que em 2010 a maior parte das matrículas no ensino superior noturno foram realizadas pelas IES privadas.

Os dados referentes ao decréscimo ocorrido no número de matrículas noturnas é motivo de preocupação, pois o ensino superior noturno é considerado um instrumento de inclusão social, como destacado por Terribili e Nery (2009). A recente queda no número de matrículas noturnas, também se justifica pelas dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores/estudantes, que em muitos casos, enfrentam jornadas duplas entre labor e vida acadêmica.

Os investimentos em educação no país são crescentes. Conforme dados do INEP (2015), o percentual de investimento do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro saltou de 0,9% em 2000 para 1,3% em 2015, conforme apresentado no Gráfico 8.

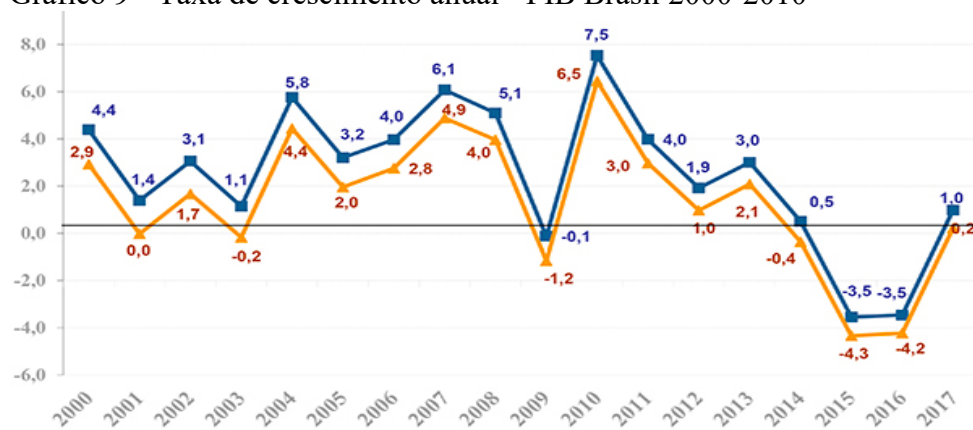
Gráfico 8 - Percentual do PIB investido no Ensino Superior - 2000 a 2015



Fonte: Elaborado pelos autores, 2019. Fonte: INEP/MEC - Tabela elaborada pela Deed/INEP (2015).

Da mesma forma, durante os anos de 2000 a 2017, de acordo com o IBGE, o crescimento percentual do PIB foi de 42,5%. Conforme demonstra o Gráfico 9, são apresentados o percentual de crescimento e de recessão durante todo o período.

Gráfico 9 - Taxa de crescimento anual - PIB Brasil 2000-2010



Fonte: IBGE, 2018.

No entanto, apesar do crescente investimento feito no ensino superior brasileiro, os mesmos não têm resolvido o problema de oferta e demanda pelo ensino. Até mesmo com o crescimento de novas modalidades educacionais, como é o caso da EAD, percebe-se que a oferta de vagas continua muito superior à sua procura.

Em matéria publicada no Jornal do Brasil, intitulada "Universidade vazia reflete o descompasso com mercado", Chacon e Calderón (2015), alertam para o fato de que a falta de capacidade das instituições em atender às novas exigências do mercado de trabalho, seria o principal motivo do atual desinteresse acadêmico. (CHACON; CALDERÓN, 2015).

Buscar despertar o interesse dos alunos pelo ensino superior, passa a ocupar importante papel na construção das grades curriculares e pela forma como o ensino deverá ser ministrado pelas instituições de ensino. Faz-se necessário repensar a estruturação

metodológica a qual os cursos de nível superior vêm sendo construídos. Fatores como a oferta de determinados cursos, a modalidade pedagógica, bem como o turno ao qual estes são ofertados precisam ser revistos.

Como se não bastasse as dificuldades já mencionadas, os estudantes/trabalhadores ainda precisam vencer o cansaço físico e mental em virtude das desgastantes jornadas laborativas e dos deslocamentos prejudicados nos grandes centros, com itinerários diários casa/trabalho, trabalho/ensino, ensino/casa. Nesse sentido, a EAD vem conquistando adeptos e espaços no meio acadêmico, não obstante essa modalidade não pode ser tomada pela falta de qualidade em sua oferta, o que certamente trará prejuízos para o processo educacional.

Outrossim, a utilização das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC), como é o caso da realidade aumentada e a exibição de imagens em três dimensões, pode contribuir para solucionar a equação desta relação de oferta e demanda. Segundo Sant'Ana, Suanno e Sabota (2017), a educação 3.0, é uma ferramenta educacional que se inspira na Web, contribuindo para esta necessária aproximação entre aluno/ensino. Neste modelo educativo, a aprendizagem ocorre pelo que os autores denominam de “aprender-fazendo”, além de compartilharem o conhecimento adquirido com a utilização das redes sociais.

5. CONCLUSÃO

Este estudo se propôs a analisar, com base nos dados publicizados pelo Censo 2017, os fatores que levam a ociosidade de vagas ofertadas pela educação superior brasileira.

Os resultados encontrados nesta pesquisa têm o potencial de auxiliar os gestores, tanto de IES públicas quanto privadas, a compreender os fatores que levam a ociosidade das vagas. Conforme levantado pelo estudo, fatores como a redução da oferta e a inadimplência dos financiamentos estudantis, o número reduzido de vagas ofertadas no período noturno e, a baixa oferta de cursos ofertados pela modalidade pedagógica da educação a distância, têm impactado diretamente no preenchimento das vagas ofertadas pelas IES. Para academia, o estudo é importante por abordar um tema cercado de meandros, evidenciado pela recenticidade das publicações analisadas, bem como pela recente publicação dos dados do Censo 2017.

Independente da modalidade pedagógica, dos cursos ofertados e do turno de oferta, os números mostram que o crescimento ocorrido nos últimos anos concentrou-se nas IES privadas. Este crescimento, em boa parte, foi impulsionado pelas políticas de bolsas estudantis - PROUNI e, pelos financiamentos estudantis como é o caso do FIES.

Buscar alternativas que colaborem para atrair o interesse de novos alunos e ainda reter os estudantes nas universidades brasileiras, é de fundamental importância para uma melhor utilização dos recursos públicos investidos. Nesse sentido, Meyer *et al.*, (2012), alertam que a falta de uma boa estrutura na educação e do amadorismo gerencial, têm acarretado sérios reflexos no comportamento social dos indivíduos e nos resultados das instituições de ensino brasileiras.

Como limitações do estudo, cita-se a falta de disponibilidade dos autores em aprofundar o conhecimento sobre a utilização ou não dos dados publicados pelo Censo, dentro das instituições de ensino superior.

Como sugestões para estudos futuros, poderão ser analisados fatores como o custo para o levantamento e a divulgação dos dados do Censo, bem como sua efetiva utilização pelos gestores das instituições de ensino superiores brasileiras, com o objetivo de reduzir a ociosidade das vagas ofertadas.

¹ Os dados levantados por Moreno foram utilizados no Estudo Técnico - Um Balanço do FIES: Desafios, Perspectivas e Metas do PNE, realizado por Gilioli (2017) consultor da Câmara dos Deputados.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Vilma. Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. *Revista de Sociologia e Política*, [s. l.], v. 24, n. 57, p. 113–126, 2016
- ALMEIDA, Silvana Santos. Vagas Ociosas no Ensino Superior Brasileiro: Uma Análise dos Governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva e suas Repercussões nos Anos Posteriores. In: ANAIS DOS COLÓQUIOS INTERNACIONAIS SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA 2015, Mar del Plata – Argentina. Anais... . In: XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA. Mar del Plata – Argentina.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Indicadores econômicos consolidados. Brasília, DF, [2019]
- BARROS, Aparecida Da Silva Xavier. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. *Educação & Sociedade*, [s. l.], v. 36, n. 131, p. 361–390, 2015.
- BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996.
- BRASIL. Lei No 11.096, de 13 de Janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. 2005.
- BRASIL. Prestação de Contas Ordinárias Anual: Relatório de Gestão do Exercício de 2017. Brasília, DF: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2018
- BRASIL. Prouni - Quadros Informativos. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2019.
- BRASIL. Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024 : Linha de Base. Brasília, DF: INEP, 2015.
- BRASIL; MEC; INEP. Censo da Educação Superior de 2017: Notas Estatísticas. Brasília: INEP, 2018.
- CARVALHO, Cristina Helena Almeida De. O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. *Educação & Sociedade*, [s. l.], v. 27, n. 96, p. 979–1000, 2006.
- CHACON, José Marcelo Traina; CALDERÓN, Adolfo Ignacio. A expansão da educação superior privada no Brasil: do governo de FHC ao governo de Lula. *Revista Iberoamericana de Educación Superior*, [s. l.], v. 6, n. 17, p. 78–100, 2015.
- COSTA, Everton Garcia Da. Tendências Contemporâneas em Educação Superior a Distância no Mundo e no Brasil. *Espacio Abierto: Cuaderno Venezolano de Sociología*, [s. l.], v. 25, n. 3, p. 265, 2016.
- CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GILIOLI, Renato de Sousa Porto. Um Balanço do FIES: Desafios, Perspectivas e Metas do PNE. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017.

IBGE. PIB avança 1,0% em 2017 e fecha ano em R\$ 6,6 trilhões. 2018.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Indicadores Financeiros Educacionais. Brasília: INEP/MEC, 2015

Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Superior 2017. Brasília, DF: INEP, 2018.

LI, Denise Leyi. O novo Enem e a plataforma Sisu: efeitos sobre a migração e a evasão estudantil. 2016. Tese - Universidade de São Paulo, [s. l.], 2016

MEYER, Victor Junior; PASCUCCI, Lucilaine; MANGOLIN, Lúcia. Gestão estratégica: um exame de práticas em universidades privadas. Revista de Administração Pública, [s. l.], v. 46, n. 1, p. 49–70, 2012.

MORENO, Ana Carolina. Fies tem inadimplência em 49,8% dos contratos em fase de pagamento. Portal G1. Brasília, 8 nov. 2016.

OLIVEIRA, João Ferreira De; BITTAR, Mariluce; LEMOS, Jandernaide Resende. Ensino Superior noturno no Brasil: democratização do acesso, da permanência e da qualidade. R. Educ. Públ. Cuiabá, [s. l.], v. 19, n. 40, p. 21, 2010.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. Education GPS - Tertiary education. [s.l.] : OCDE, 2017.

PORTO, Claudio; RÉGNIER, Karla. O Ensino Superior no Mundo e no Brasil – Condicionantes, Tendências e Cenários para o Horizonte 2003-2025 Uma Abordagem Exploratória. [s. l.], p. 178, [s.d.].

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa Social. Métodos e Técnicas. Edição: 3a ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), [s. l.], v. 19, n. 3, p. 723–747, 2014.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. Metodologia de Pesquisa. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANT'ANA, Jonathas Vilas Boas De; SUANNO, João Henrique; SABOTA, Barbra. Educação 3.0, complexidade e transdisciplinaridade: um estudo teórico para além das tecnologias. Revista Educação e Linguagens, [s. l.], v. 6, n. 10, 2017.

SEGRERA, Francisco Lopez. RETOS DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN UN CONTEXTO DE INCERTIDUMBRE Y CRISIS GLOBAL. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, [s. l.], v. 23, n. 2, 2018..

SILVA, Josielle Soares da; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. POLÍTICAS DE EXPANSÃO PARA O ENSINO SUPERIOR NO CONTEXTO DO REUNI: A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NA UFRN. *Holos*, [s.l.], v. 6, p.206-224, 2 fev. 2015.

SILVA, Rosa Maria Segalla *et al.* Democratização do ensino superior: no contexto da educação brasileira. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, [s. l.], v. 0, n. 0, p. 294–312, 2017.

TERRIBILI FILHO, Armando; NERY, Ana Clara Bortoleto. Ensino superior noturno no Brasil: história, atores e políticas. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE*, [s. l.], v. 25, n. 1, 2011.

TOLENTINO, Renata de Sousa Da Silva *et al.* Avaliação da Qualidade na Educação a Distância sob a Perspectiva do Aluno: Proposição e Teste de um Modelo usando Equações Estruturais. *REGE - Revista de Gestão*, [s. l.], v. 20, n. 3, p. 347–366, 2013.